

36° ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

**MR01 – A INDÚSTRIA CULTURAL NA PRODUÇÃO DE MEMÓRIAS E
IDENTIDADES COLETIVAS**

**OS MANUAIS DE REDAÇÃO E ESTILO E OS CRITÉRIOS DE NOTICIALIZAÇÃO DO
JORNALISMO**

ALEXANDRE BERGAMO

OS MANUAIS DE REDAÇÃO E ESTILO E OS CRITÉRIOS DE NOTICIALIZAÇÃO DO JORNALISMO

ALEXANDRE BERGAMO

RESUMO

A introdução dos Manuais de Estilo e Redação no jornalismo brasileiro representou não apenas uma separação da literatura, mas também a criação de uma linguagem específica. Representou também o início de um conflito, que marca a profissão até os dias de hoje, entre o trabalho técnico e o intelectual. A imposição do diploma para o exercício da profissão intensificou esse conflito ao criar condições para que os não-jornalistas fossem gradativamente eliminados do espaço das redações e, com isso, para que se constituísse uma identidade profissional distinta em relação a outras profissões, em especial aquelas que se definem mais trabalho intelectual. Contudo, essa identidade profissional é atravessada internamente por esse conflito, opondo os cargos mais prestigiosos e intelectuais aos mais técnicos, a “reportagem” à “notícia”, e os grandes centros urbanos à periferia. Em função disso, os critérios para a produção de informações não são, portanto, tão somente factuais, devendo ser buscados nas condições estruturais da profissão.

PALAVRAS-CHAVE

Jornalismo, Manuais de Redação e Estilo, Ensino de Jornalismo, Indústria Cultural, Sociologia da Cultura.

OS MANUAIS DE REDAÇÃO E ESTILO E OS CRITÉRIOS DE NOTICIALIZAÇÃO DO JORNALISMO¹

ALEXANDRE BERGAMO²

Consolidou-se, no Brasil, um discurso a respeito do jornalismo que constantemente se volta para o passado de forma a realçar uma história cujo sentido se baseia na oposição entre o poder e o contra-poder (Sodré, 1999; Kucinski, 2003; Gomes, 2003). Com isso, ora jornais e jornalistas são colocados do lado do “poder”, ou seja, das elites dominantes, políticas e econômicas, ora são colocados do lado do “contra-poder”, da resistência, da denúncia dessas mesmas elites. A história contada por esse viés, poder/contra-poder, tende tanto à heroificação de alguns quanto à acusação de outros. O debate que atravessou os anos 1980 e 1990 a respeito dos “antigos” e dos “novos” jornalistas, aqueles entendidos como “críticos”, estes como “a-críticos” e “passivos” egressos dos cursos de jornalismo, fez-se também dentro desse viés. E se hoje personagens antes ignorados tendem a ser incorporados ao conjunto de “ídolos da profissão”, é tão somente porque a balança das relações de poder se alterou profundamente dentro do próprio jornalismo (Bergamo, 2011).

Esforços diferentes de pesquisa têm sido feitos no sentido de analisar aspectos ainda pouco explorados dessa história e, com isso, possibilitado que diversas outras questões ganhem realce (Albuquerque e Roxo da Silva, 2007). O jornalismo feito fora dos grandes centros-urbanos tem sido tema freqüente de pesquisa e, da mesma maneira, tem crescido o interesse por questões ligadas seja ao discurso jornalístico (Biroli, 2007), seja à sua crescente especialização e profissionalização (Ribeiro, 2003), seja à relação com a literatura (Ferreira Junior, 2003; Cosson, 2007). Com isso, tem se alargado consideravelmente o conhecimento a respeito da história do jornalismo no Brasil.

¹ Este artigo consiste da versão modificada do trabalho “A Profissão de Jornalista e a Redefinição do Trabalho Intelectual” apresentada no *Seminário Internacional “Formação da Elite Cultural e da Indústria Cultural no Brasil Contemporâneo: Perspectivas Comparadas”*, ocorrido na USP em junho de 2012. Sou muito grato às críticas e aos comentários feitos pela mesa de debatedores, composta por André Singer, Joseph Straubhaar e Mirta Varela, que eu tentei, dentro do possível, incorporar a esta nova versão. Sou especialmente grato a Jacques Mick pela leitura cuidadosa da primeira versão e pelas sugestões feitas, que eu igualmente tentei incorporar ao texto.

² Professor do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina, onde atua junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. É também professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP/Marília. E-mail: <a_bergamo@hotmail.com>.

Contudo, essa história é inseparável de uma outra, mais ampla, e que diz respeito às mudanças sofridas pela indústria cultural como um todo no Brasil. Não apenas o jornalismo se modificou, e com isso as formas de se fazer notícias, mas se modificaram, principalmente, as formas pelas quais as novas gerações entram em contato com as produções artísticas e culturais consagradas. De uma forma mais geral, modificaram-se, e continuam se modificando, as formas de contato dessas novas gerações seja com a língua, seja com as narrativas, com análises e reflexões, com a produção intelectual, com a crítica, com os mecanismos de prestígio artístico e cultural, seja com os próprios fatos.

A proposta deste artigo é, com isso, buscar uma articulação entre as mudanças observadas no jornalismo nas últimas décadas e as mudanças na indústria cultural brasileira como um todo e, com isso, colaborar para uma melhor compreensão dessas novas formas de contato e de produção da cultura.

OS MANUAIS DE REDAÇÃO E ESTILO E OS CURSOS DE FORMAÇÃO SUPERIOR

As análises a respeito da criação dos Manuais de Redação e Estilo tendem a enfatizar a ruptura que eles representaram com um jornalismo cuja narrativa passou a ser considerada, posteriormente, como sendo prolixa e sem objetividade, designada pela expressão “nariz de cera”:

Quando alguém matava alguém, nunca um jornal de velho estilo ia publicar simplesmente: ‘*O pedreiro Benedito dos Santos, 22 anos, foi morto na noite de ontem com três tiros em um bar na rua tal, ao recusar um copo de cerveja ao marginal conhecido por Toninho Malvadeza*’. Nesse caso a notícia começaria quase sempre assim: ‘*Ontem, ao cair da noite, o jovem pedreiro Benedito dos Santos despediu-se dos companheiros de serviço e se encaminhou para o bar próximo de sua residência, onde sempre tomava uma cerveja antes do jantar. Estava longe de imaginar o que o destino lhe preparava. De fato, ao chegar ao botequim, já lá estava o conhecido meliante Toninho Malvadeza, temido em todo bairro por suas provocações e violências*’. Por aí ia o nariz de cera até concluir, no pé da segunda coluna que ‘*ao ser o corpo do inditoso jovem transladado paro o Instituto Médico Legal, sobre o mármore frio da mesa do bar estava, ainda, a sua última cerveja*’ (...). (José Ramos Tinhorão apud Roxo da Silva, 2009, p.5)

Dois importantes aspectos envolvem essa mudança nas formas de narração. O primeiro deles diz respeito à separação de uma escrita considerada mais “literária” e,

com isso, a uma substituição das narrativas por formas consideradas mais “objetivas” por meio da adoção do *lead*, o primeiro parágrafo da notícia que deveria conter:

(...) um resumo conciso das principais e mais recentes informações do texto, esclarecendo o maior número das seguintes perguntas relativas ao acontecimento: quê?, quem?, onde?, como?, e por quê?. (Pompeu de Souza, Regras da Redação do *Diário Carioca* [1950] apud Bronosky, 2010, p.191)

A conclusão de Ana Paula Goulart Ribeiro é exemplar da imagem que foi cristalizada pelos jornalistas a respeito dessa mudança:

Símbolo máximo do jornalismo moderno, o *lead* veio substituir o “nariz de cera”, texto introdutório longo e rebuscado, normalmente opinativo, que antecedia a narrativa dos acontecimentos e que visava a ambientar o leitor. A antiga técnica geralmente usava uma linguagem prolixa e pouco objetiva, narrando os acontecimentos a partir de uma ordem mais ou menos cronológica. Narração, comentário e análise se confundiam. (Ribeiro, 2003, p. 149)

Cristalizou-se uma imagem de objetividade em torno dessa mudança porque ela passou a ser tomada como um sinônimo do próprio jornalismo enquanto “profissão”, deixando de lado, em grande medida, o que ela representava em termos de atividade política e intelectual. A idéia de um texto mais objetivo e imparcial, portanto, não dizia respeito apenas à produção de notícias, mas também à delimitação de uma fronteira capaz de separar o jornalismo dos demais setores sociais.

O segundo aspecto diz respeito a um esforço de “elevar o nível” do jornalismo. De acordo com Danton Jobim, um dos principais articuladores dessa mudança, o Manual de Redação, ou *Style Book*, como era então chamado, representava uma:

(...) tentativa louvadíssima para elevar o nível do relato jornalístico. As regras que nele se contêm oferecem ao principiante indeciso e desamparado uma ajuda utilíssima para que atinja a um padrão aceitável na arte de redigir; além de um estímulo para que prossiga no esforço para aperfeiçoar o estilo.

(...) Com o *style book* evitar-se-á, por meio de regras precisas e claras, que os noticiaristas de escassos recursos caiam a um nível excessivamente baixo de redação.

(...) o *foca*, ou novo repórter, nunca é ensinado pelos melhores, mas geralmente, pelos menos capazes ou fracassados, as únicas pessoas que, numa redação moderna, dispõem de tempo para “perder” com ele. (Jobim, [1957] 2008, pp. 52, 82, 84)

Outro detalhe importante é que Danton Jobim, além de um dos responsáveis pelo *Diário Carioca*, primeiro jornal a ter um Manual de Redação³, elaborado por Pompeu de Souza, foi também um dos fundadores do primeiro Curso de Jornalismo no Rio de Janeiro, na Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro. Dessa forma, as técnicas implicadas no Manual de Redação foram rapidamente incorporadas em seu Currículo. Esse modelo de escrita disseminou-se, posteriormente, pelos demais cursos e hoje é predominante no ensino da profissão. Na citação acima, a passagem relativa ao foco diz respeito diretamente à formação oferecida por aquele Curso.

Estava em jogo, portanto, uma “elevação do nível de escrita” em que estavam implícitas não só uma maior vigilância no contato dos “novos”, os focas, com esses “menos capazes ou fracassados”, mas também a eliminação desses mesmos jornalistas considerados ignorantes e semi-alfabetizados, em especial aqueles ligados à reportagem policial:

Havia na Imprensa uma massa de analfabetos. Saíam coisas incríveis. Lembro-me de alguém, num crime passional, terminou assim a matéria: ‘*e nem um goivinho ornara a coroa dela*’. Dirão vocês que esse fecho é puramente folclórico. Não sei e talvez. Mas saía coisa parecida. (Nelson Rodrigues apud Roxo da Silva, 2009, p. 11)

Os profissionais de melhor formação intelectual iam para as áreas de política e economia, e aqueles de formação inferior, ou sem nenhuma formação, iam para a reportagem policial, sendo comuns acordos tanto com a polícia quanto com criminosos. Dessa maneira, esses jornalistas e suas notícias “manchavam” o trabalho e o nome dos demais (Roxo da Silva, 2009). Além disso, muitas vezes a atividade era utilizada como um trampolim para a obtenção de cargos ou posições melhores, de preferência na política.

A introdução de regras de escrita por meio dos Manuais de Redação e Estilo foi, com isso, elemento fundamental na delimitação de fronteiras para o jornalismo. É importante notar que as fronteiras se fechavam para aqueles que estavam abaixo tanto quanto para aqueles que estavam acima. Essas regras de escrita representaram, ao tentar

³ Na verdade, a primeira iniciativa foi de Gilberto Freyre, em 1929, no jornal *A Província de Pernambuco*, mas sofreu forte resistência dos jornalistas (Marques de Melo, 2005; Bronosky, 2010).

nivelar as formas mais “literárias” e aquelas mais “baixas”, uma uniformização da linguagem cujas implicações precisam ser melhor compreendidas.

Mas a história desses Manuais não pode ser tomada isoladamente de outras reformas que ocorreram no mesmo período. A cobrança de uma formação superior, ou simplesmente de uma passagem pela Universidade, foi a maneira encontrada, por exemplo, pelo jornal *O Estado de São Paulo*, de remediar a baixa qualificação que marcava uma parcela considerável dos jornalistas:

Fomos aos poucos substituindo os jornalistas de tipo antigo, boêmios, jogadores e pessoas esquisitas, por jovens animados, saídos das universidades. Foi assim que recrutamos Antônio Marcos Pimenta Neves, que já era jornalista, Alexandre Gambirasio, Vladimir Herzog (que era primeiro aluno de filosofia), Luiz Weiss (estudante de sociologia), Azevedinho (José Carlos Azevedo) e outros. (...) O pessoal novo criou um desnível brutal, não só com relação aos outros jornais mas também dentro da própria redação do *Estado*. (Abramo, 2006, p. 33)

Esses jovens vinham de diferentes cursos, mas todos com a característica em comum de uma boa formação universitária. Esse quadro irá sofrer uma mudança significativa em 1969, com a exigência do “diploma de jornalismo” para o exercício da profissão⁴. É do final dos anos 1930 a publicação do Decreto-Lei que regula a profissão de jornalista. Trata-se do Decreto-Lei nº 910, de 30 de novembro de 1938. De acordo com o Capítulo I Art. 1º § 1º:

Entende-se como jornalista o trabalhador intelectual cuja função se estende desde a busca de informação até à redação de notícias e artigos e à organização e direção desse trabalho.

O jornalismo se definia basicamente pela reportagem (da busca de informações até a redação de notícias e artigos) e pelo trabalho de edição (organização e direção do trabalho). Três décadas depois, o Decreto que regula a profissão de jornalista sofre uma modificação profunda. O jornalismo deixa de ser definido como atividade “intelectual” e

⁴ A maior pressão para que a exigência do diploma se tornasse uma imposição legal foi sindical. Ela tornou possível, posteriormente, que também o trabalho extra-redação, como o realizado pelas assessorias de imprensa, fosse considerado “jornalístico”. Sobre isso, ver ROXO DA SILVA (2007). Contudo, os efeitos desse processo ainda foram pouco explorados. Esse trabalho extra-redação feito por jornalistas profissionais tem implicações diretas sobre a produção de discursos oficiais, sejam eles ligados ao Estado, a empresas, a sindicatos ou a instituições as mais diversas. Alteram-se, portanto, as formas de produção, num sentido amplo, de documentos.

um amplo conjunto de funções ligadas à produção de notícias passam a ser consideradas. O Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, no seu Art. 2º, considera as atividades abaixo como definidoras da profissão de jornalista:

- a) redação, condensação, titulação, interpretação, correção ou coordenação de matéria a ser divulgada, contenha ou não comentário;
- b) comentário ou crônica, pelo rádio ou pela televisão;
- c) entrevista, inquérito ou reportagem, escrita ou falada;
- d) planejamento, organização, direção e eventual direção de serviços técnicos de jornalismo, como os de arquivo, ilustração ou distribuição gráfica de matéria a ser divulgada;
- e) planejamento, organização e administração técnica dos serviços de que trata a alínea a;
- f) ensino de técnicas de Jornalismo;
- g) coleta de notícias ou informações e seu preparo para divulgação;
- h) revisão de originais de matéria jornalística, com vistas à correção redacional e a adequação da linguagem;
- i) organização e conservação de arquivo jornalístico, e pesquisa dos respectivos dados para a elaboração de notícias;
- j) execução da distribuição gráfica de texto, fotografia ou ilustração de caráter jornalístico, para fins de divulgação;
- l) execução de desenhos artísticos ou técnicos de caráter jornalístico.

O fato de que a profissão deixa de ser definida como atividade “intelectual” é, sem dúvida, uma das maiores diferenças em relação ao Decreto anterior. Outro detalhe que chama a atenção é que funções as mais diversas dentro de um jornal, que vão da redação e do comentário, passando pela administração de serviços, até a distribuição e a execução de desenhos podem definir esses profissionais como sendo “jornalistas”.

O conjunto dessas mudanças (criação dos manuais de redação e estilo, ampliação do número de Cursos de formação, exigência do diploma para o exercício da profissão, crescente divisão do trabalho e de suas especializações, redefinição legal da profissão) traduz um processo de territorialização do ofício. Elas alinham-se também perfeitamente com a transformação por que vinham passando as empresas jornalísticas do período, uma vez que viabilizam uma produção de notícias em ritmo industrial. Com isso, definem-se fronteiras legais, lingüísticas e estilísticas cujas dimensões não podem

transgredir os espaços do próprio jornal⁵. E dali são gradativamente eliminados todos aqueles que desempenham atividades não-jornalísticas⁶, ou que não estão plenamente ajustados ao ritmo cada vez mais veloz da produção de informações. Não se tratam de estratégias integradoras, mas sim unificadoras da profissão, cuja maior preocupação parece ser a definição tanto de uma forma quanto de uma posição específica para o trabalho jornalístico no conjunto mais amplo da produção cultural.

Essa territorialização, e a gradativa eliminação das atividades não-jornalísticas, traduz-se em memórias da profissão profundamente desiguais naquilo que elas possam ter em termos de referência profissional e cultural. Nos depoimentos dos mais antigos jornalistas, que começaram ou já estavam a trabalhando nos anos 1950 e 1960, a redação é frequentemente descrita como sendo um espaço de sociabilidade intelectual:

Tem um dado aí que é importante, antigamente a redação era um ponto de encontro em que você pegava um texto e dizia: “Ô, Fulano!”, “Peraí, José”. E aí vinha um outro e dizia assim: “Mas eu acho...”. As redações eram assim. Você não pegou isso, certamente, mas redações eram um convívio, onde os talentos geravam fagulhas que incendiavam o cara que estava lá na última mesa, mas que ouvia isso e dizia: “Porra, o cara falou isso, nunca mais vou esquecer”. Não tem mais isso. Virou um: eu estou aqui no meu artigo, o outro embrulha e manda. É claro que você não vai voltar a ter as redações antigas, mas podia ter um meio termo. Você precisava ter nas redações um certo convívio intelectual pra que essas coisas fossem incentivadas. E muda a escala de valores. (Alberto Dines apud Pereira, 2008, p. 313)

Hoje você vai à pesquisa, antes tinha alguém que era a “enciclopédia ambulante”. A relação agora é com o terminal e com o chefe imediato. Falta o clima. E assim se perde a alma do jornal. (Cícero Sandroni apud Travancas, 1993, 75)

E, no caso dos mais novos:

Sempre gostei de ler e escrever. Achava interessante ver na TV e no jornal os repórteres. Foi algo que sempre me interessou e nunca fiz outra coisa na vida além de jornalismo (Depoimento de uma pauteira da TV Manchete apud Travancas, op. cit., p. 85)

⁵ Evidentemente, a incorporação – implicada nesse processo – do trabalho extra-redação ao conjunto da profissão modifica esse quadro. O jornal e a empresa de notícias deixam de ser o “território” por excelência, alargando-o de forma a incluir um conjunto mais amplo de atividades, modificando a própria noção de trabalho jornalístico.

⁶ Essa expulsão das atividades não-jornalísticas já havia sido apontada por Medina (1982). Pereira (2008, p. 222) retoma o tema referindo-se à eliminação de “diletantes”: “O intelectual diletante não é necessariamente expulso dos jornais, mas passa a intervir de uma forma diferente, dentro de espaços institucionalizados destinados à colaboração dessas pessoas”.

Mais do uma descrição das redações, essas diferentes memórias traduzem uma mudança geral tanto nas formas de contato com a produção artística, intelectual e cultural, num sentido amplo, quanto uma mudança do papel do próprio jornalismo no interior dessa produção.

Os Manuais são um claro exemplo desse processo. Na sua transformação ao longo do tempo, demonstram a preocupação central de definir não apenas uma forma para o jornalismo, mas também sua posição no conjunto da produção cultural. Os primeiros Manuais foram criados visando a uma circulação interna aos jornais⁷. Estavam, portanto, claramente preocupados em demarcar uma posição para esses jornalistas dentro do próprio espaço das redações. Exatamente por isso foram rapidamente absorvidos pelos recém-criados Cursos de formação. A partir dos anos 80, novos Manuais surgiram, mas dessa vez visivelmente preocupados com sua absorção nos espaços extra-redação, não simplesmente preocupados em demarcar regras para o ofício, mas sim regras gerais para a própria escrita. Amplamente distribuídos e depois colocados à venda, sua principal função foi de legitimar e consolidar uma posição de prestígio e importância intelectuais a grandes jornais⁸, no caso a *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*. Além disso, passaram também a ser largamente utilizados pelos Cursos de Jornalismo.

A utilização desses Manuais, seja nas redações, seja nos Cursos de formação, produziu e continua a produzir uma uniformização da linguagem entendida na forma de uma “identidade”⁹. Contudo, essa identidade, vivenciada em termos lingüísticos pelas gerações mais novas, não pode ser vivenciada da mesma maneira pelas gerações mais antigas, anteriores a essa uniformização. Com isso, suas raízes identitárias tendem a ser buscadas no contexto imediatamente anterior a este. Assim como as gerações mais novas têm dificuldades para estabelecer laços outros que esses.

Além do mais, essa uniformização possibilita a consolidação de certos estereótipos, seja em relação ao jornalismo, seja em relação ao intelectual, cujos moldes são também lingüísticos. Com isso, a linguagem jornalística é clara, direta, objetiva e

⁷ Foram os Manuais de Redação dos jornais *Diário Carioca*, elaborado por Pompeu de Souza em 1950, e *Tribuna da Imprensa*, elaborado por Carlos Lacerda em 1953 (Bronosky, *op. cit.*).

⁸ Foram os Manuais da *Folha de São Paulo* (1984), *O Estado de São Paulo* (1990), *O Globo* (1992), *Zero Hora* (1994), *Folha de Londrina* (1996) (Bronosky, *op. cit.*)

⁹ Ribeiro (2003) fala em uma “comunidade lingüística”.

imparcial, e a intelectual, por sua vez, tende a ser rebuscada, prolixa e pouco objetiva. Por outro lado, aqueles antigos jornalistas, mais intelectualizados, são descritos como críticos e engajados, já os novos são acríticos e superficiais. Tanto os jornalistas quanto os intelectuais passam a olhar uns para os outros, portanto, com desconfiança.

Isso tem reflexos os mais diversos sobre as carreiras profissionais. Os mais novos, diante dos quais não apenas as carreiras jornalísticas representam uma possibilidade de trabalho, mas também as carreiras universitárias, dado o crescimento do número de Cursos de Jornalismo, vivenciam essa desconfiança de uma forma inescapável, uma vez que ela opera de ambos os lados:

Lá no jornal, os caras diziam: “Esse cara é um professor universitário, um acadêmico, ele faz umas coisas complicadas que o público não entende direito”. Ainda que, na universidade, muitas vezes dissessem o contrário: “Esse cara é um jornalista, um tanto superficial”. (Juremir Machado da Silva apud Pereira, op. cit., p. 392)

O PESO RELATIVO DO JORNALISMO NA PRODUÇÃO CULTURAL

Pensado a partir desses estereótipos, o jornalismo de hoje pouco ou nada tem de intelectual. Além do mais, eles tendem a alterar a percepção temporal do ofício:

Os jornais não se preocupavam muito na época [1935] com o equipamento, as tiragens eram pequenas e o próprio jornalismo era uma profissão de transição. Os jornalistas passavam do jornal para o serviço público. Então, os salários eram pagos em vale, era uma empresa colonial em todos os seus aspectos até muito pouco tempo. Quer dizer, era uma imprensa extremamente precária e estritamente intelectual. Era uma imprensa em que o valor da palavra era importante, não o fato. A grande reportagem praticamente não existia. (Samuel Wainer apud Roxo da Silva, 2009, p. 9)

“Precário” e “intelectual”. Assim é muitas vezes descrito o jornalismo realizado antes das mudanças sofridas pela profissão a partir dos anos 1950, ou seja, “desprovido de valor profissional”. Dessa maneira, a uniformização promovida pelos Manuais de Redação e Estilo, e a identidade que ela gera, tende a alterar a percepção temporal de forma, muitas vezes, a tomar a criação desses Manuais e o diploma de jornalismo quase como se fossem os verdadeiros marcos fundadores da “profissão” (no sentido que hoje os próprios jornalistas falam de si), ainda que não, evidentemente, do próprio jornalismo.

E altera também sua percepção espacial: próximos ou distantes dos grandes centros urbanos, funcionários de grandes ou de pequenos jornais, de revistas ou da televisão, de partidos políticos ou de grandes empresas, são todos “igualmente” jornalistas, membros de uma mesma comunidade imaginada, nos termos de Anderson (2008), que mesmo sem conhecerem a maior parte de seus companheiros, têm a imagem viva da comunhão entre eles, a idéia de que o conjunto da profissão corresponde a uma “unidade”.

A uniformidade promovida pelos Manuais de Redação e a conseqüente estereotipação gerada em torno tanto do jornalista quanto do intelectual, da qual os próprios profissionais se valeram para definir e consolidar uma identidade, tende a dissociar o jornalismo do conjunto da produção intelectual. Essa dissociação, no entanto, mostra-se problemática basicamente por dois motivos. O primeiro deles diz respeito ao fato de que, entre os jornalistas, mais antigos assim como mais novos, vários podem ser – e são – identificados como “intelectuais”, especialmente aqueles que ocupam os cargos de maior prestígio da profissão. O segundo diz respeito ao fato de que um número crescente deles segue carreiras intelectuais junto às Universidades, vinculados não apenas à graduação, mas também a vários programas de pós-graduação, nem por isso deixando de lado a identidade e a auto-definição de “jornalistas”.

Nesse sentido, é importante que se busque uma compreensão mais circunstanciada da relação estabelecida entre essa “linguagem jornalística”, a identidade que ela gerou e a crescente divisão de trabalho implicada nesse processo. Os Manuais de Redação e Estilo traduzem aspectos importantes dessa transformação ao longo do tempo. A expressão “nariz de cera”, por exemplo, pode ser encontrada no Manual Geral da Redação da *Folha de São Paulo* de 1984:

Nariz de cera – É um parágrafo introdutório e desnecessário que se colocava no início dos textos. O *nariz de cera* retarda a entrada no assunto e tende à prolixidade. Não confundir com *lead*. (p. 61)

Aparece também no Manual de Redação e Estilo d’*O Estado de São Paulo* em 1990:

Nariz-de-cera. É uma introdução vaga e desnecessária que toda notícia dispensa. Use *lead* e nunca *nariz-de-cera*, a não ser em casos excepcionais, como o de apresentar íntegras. (p. 54)

O Manual de Redação e Estilo d’*O Globo*, de 1992, faz menção apenas ao *lead*:

Há muitos anos, quando o jornalismo começou a abandonar a sublitteratura, criaram-se normas destinadas a produzir **leads** simples e diretos. (p. 23)

Embora todos esses Manuais insistam em afirmar que o *lead* não pode representar uma camisa de força, e que, dependendo do caso, as notícias podem começar de outras maneiras, o “modelo jornalístico” por excelência passou a ser o *lead*¹⁰. Com isso, o jornalismo passa a ser definido, em grande medida, em função de sua forma e, mais do que isso, do caráter racional de que ela se revestia.

São mudanças que não se restringiam ao texto, mas ao trabalho num sentido mais amplo, algumas vezes independente de reformas do mesmo tipo no texto:

O que fizemos, primeiro sob a capa da reforma gráfica, e depois com a ausência da direção, foi uma reforma total da maneira de fazer o jornal, nos métodos de cobrir as coisas e na introdução de um tipo de cobertura “científica”, que previa grandes operações com todos os detalhes perfeitamente estudados, previstos e calculados, com espaços predeterminados, fotografias desenhadas antecipadamente etc. (Abramo, op. cit., pp. 34-35)

Estava em jogo, portanto, uma maior aproximação com formas de trabalho mais racionais. No caso específico dos Manuais, estava em jogo também, e principalmente, um trabalho racional sobre a língua que consiste num trabalho de controle e de vigilância constantes sobre ela. Dessa forma, esses Manuais, amplamente divulgados a partir dos anos 1980, foram decisivos não apenas para demarcarem prestígio cultural para seus jornais, mas também para definirem um papel de importância central a eles ao instituírem formas de uso, muitas delas hoje amplamente aceitas, para a escrita, tornando possível que o jornalista possa ser definido – e, principalmente, autodefina-se – como sendo o “guardião da língua, da escrita e da credibilidade histórica” (Sodré, 2008, p. 54).

Contudo, o contexto em que esses Manuais foram lançados precisa ser melhor discutido. No final dos anos 1970 uma modificação ocorreu nos Cursos de Comunicação Social. As habilitações passaram a ser para Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Relações Públicas, Rádio e Teledifusão e Cinematografia. Um “currículo comum” foi

¹⁰ Sobre a rotina das salas de redação e os diferentes usos da linguagem aí implicados, ver Bergamo (2011).

definido para essas habilitações¹¹, com a “sugestão” de algumas disciplinas e a criação de outras. Diante da suspeita de “falta de aplicabilidade” desse saber teórico, considerado “distante” da prática jornalística, os Cursos passaram a ser vistos, por muitos profissionais, não como uma condição necessária ao exercício da profissão, mas como um empecilho a esse exercício.

Com isso, o conflito, a partir da passagem dos anos 70 para os 80 passa a ser entre “antigos profissionais” e “egressos dos Cursos” de jornalismo. Os “novos jornalistas” personificavam o “produto” de um ensino universitário “separado da prática” e por isso as acusações eram dirigidas diretamente a eles, e indiretamente aos profissionais responsáveis por esses Cursos.

A imposição daquelas modificações no currículo dos Cursos representou, junto aos profissionais da comunicação e do ensino de comunicação, uma reação capaz de promover a criação da Intercom (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação), em dezembro de 1977, e a sua posterior reunião, em novembro de 1978, para discutir as imposições do MEC – Ministério da Educação e Cultura ao ensino. Essa discussão e a documentação aprovada pelo MEC foram depois reunidas, no ano seguinte, num volume cuja capa e título visavam a uma denúncia das relações entre essas mudanças e o Regime Militar, e entre a imprensa, de um modo geral, e suas relações com o Estado: “Ideologia e Poder no Ensino de Comunicação”.

Contra a “ideologia” e o “poder”, que deveriam ser denunciados e evitados, ganha fôlego um discurso que tentava afastar o aluno daquele contexto mais propício à “inculcação ideológica” e aproximá-lo mais da “realidade de sua prática profissional”:

(...) torna-se imperioso arrancar as atividades acadêmicas do imobilismo a que se encontram relegadas na sala de aula tradicional, conduzindo-as para a biblioteca, para as agências experimentais, para os centros de pesquisa, para outros locais mais apropriados, sem a rigidez dos horários e dos controles escolares típicos.

O que se afirma premente, como suporte para isso, é a instalação de equipamentos profissionais ou o seu funcionamento regular, permitindo um aprendizado em situações mais ou menos reais, e não de “ouvi dizer” ou “ver como outros fazem”. (...).

Entendemos, assim, que a estrutura de uma escola de comunicação não pode circunscrever-se à esfera do *ensino* (em seu sentido estrito: transmissão de conhecimentos na sala de aula), porém ampliar-se

¹¹ Dessa maneira, o diploma de jornalista pode ser obtido tanto em Cursos de Jornalismo quanto em Cursos de Comunicação Social que tenham a habilitação para o Jornalismo. De qualquer maneira, o currículo é comum a ambos os Cursos.

para atividades de autêntica *prática profissional*, sustentadas por um trabalho contínuo de *pesquisa*, que a convertam num centro dinâmico e inovador, capaz de influir positivamente na operação do sistema nacional de comunicação. (MARQUES DE MELO, 1979, pp. 40-41)

A idéia, como é fácil perceber, era possibilitar a esses Cursos a oferta não apenas de um capital cultural, mas também de uma “experiência”, capital simbólico esperado para o exercício da profissão (Bergamo, op. cit.). Embora o que estivesse por trás dessa sugestão fosse a idéia de uma “prática crítica”, a ampla defesa da “prática” – aliada à acusação dos profissionais mais antigos de “deficiência” dos Cursos – criou condições para que, anos depois, a eliminação de parte significativa das disciplinas teóricas, em final dos anos 90, fosse legítima e, com isso, que se enfatizasse seu caráter técnico, entendido como sendo mais próximo da realidade profissional, portanto distante do estereótipo com que era representado o trabalho “intelectual”.

Nos anos 1980, em São Paulo, foi intensa a discussão envolvendo a necessidade do diploma para o exercício da profissão. Essa discussão opôs, de um lado, a imprensa, capitaneada pelo jornal *Folha de São Paulo* e, de outro, representantes dos Cursos de Comunicação Social organizados em torno da Intercom. Naquele momento, para os “antigos” jornalistas, considerados mais críticos e intelectualizados, os “novos”, egressos dos Cursos de Comunicação Social, simbolizavam o que o jornalismo tinha de “acrítico” e “passivo”, uma geração designada pela expressão “filhos da pauta” (Bergamo, op. cit.). Sobre esses Cursos de Comunicação Social, e dessa forma sobre os jornalistas que esses Cursos formavam, pesavam, portanto, as acusações tanto de falta de conhecimento “prático” sobre o dia-a-dia de um jornal quanto de falta de capacidade crítica. O lançamento desses Manuais, especificamente nos casos da *Folha de São Paulo* e d’*O Estado de São Paulo*, representava um esforço de marcar uma posição de prestígio e importância culturais, mas também um esforço de marcar uma posição distintiva frente a esses mesmos Cursos por meio da imposição de “critérios jornalísticos” à escrita, pensados a partir do dia-a-dia da redação, e não da rotina de uma sala de aula.

A distinção entre “antigos profissionais”, mais críticos e intelectualizados, e “novos”, mais técnicos, expressa-se na própria divisão de trabalho no interior das redações. Nos primeiros Manuais, dos anos 1950, não é feita qualquer distinção entre reportagem e notícia. O trabalho jornalístico era noticioso e implicava a reportagem prévia. Nos Manuais publicados a partir dos anos 1980, no entanto, essa é uma distinção

clara. No Manual Geral da Redação da *Folha de São Paulo*, de 1984, há um verbete para cada:

Reportagem – Fazer uma *reportagem* é dirigir-se a um determinado local para, de volta à Redação, relatar ao leitor por meio de palavras e/ou imagens o que se passa ou e passou ali. Às vezes a *reportagem* textual pode ser feita pelo telefone.

A *reportagem* constitui o núcleo essencial do jornalismo. (p. 73)

Notícia – É a informação que se reveste de interesse jornalístico; puro registro dos fatos sem comentários nem interpretações. (p. 62)

No Manual de Redação e Estilo d’*O Estado de São Paulo*, de 1990, há um verbete apenas:

Reportagem. A reportagem pode ser considerada a própria essência de um jornal e difere da notícia pelo conteúdo, extensão e profundidade. A notícia, de modo geral, descreve o fato e, no máximo, seus efeitos e conseqüências. A reportagem busca mais: partindo da própria notícia, desenvolve uma seqüência investigativa que não cabe na notícia. Assim, apura não somente as origens do fato, mas suas razões e efeitos. Abre o debate sobre o acontecimento, desdobra-o em seus aspectos mais importantes e divide-o, quando se justifica, em retrancas diferentes que poderão ser agrupadas em uma ou mais páginas. A notícia não esgota o fato: a reportagem pretende fazê-lo. (p. 67)

Com isso, estabelecem-se fronteiras claras entre a capacidade de crítica e a capacidade simplesmente técnica. A primeira demarca o espaço da opinião, a segunda deixa claro que ali não há e nem pode haver opinião. Nesse contexto, definir a reportagem como a “essência do jornalismo” significa defender uma qualidade a que só se poderia chegar por meio da experiência profissional e crítica, algo que não seria possível, na opinião desses jornais e “antigos” jornalistas, por meio dos Cursos de Comunicação Social.

Mas, da mesma forma que a acusação de “falta de experiência prática” dirigida aos Cursos possibilitou que, anos depois, parte significativa das disciplinas teóricas fosse eliminada, também os Manuais abriram a possibilidade para que sofresse alterações a balança de poder entre o trabalho autoral e crítico e o trabalho técnico. Eles demonstram que o prestígio e a autoridade sobre a escrita estavam mudando da “autoria” para o “cumprimento exemplar das normas gramaticais” e para a aplicação de um “modelo (estilo) para a escrita”. O conflito entre “autoria” e “aplicação de normas e de um estilo”

parece claro a tal ponto do autor do Manual de Redação e Estilo d’*O Estado de São Paulo* iniciar o Prefácio com seguinte parágrafo:

Este manual expõe, de modo ordenado e sistemático, as normas editoriais e de estilo adotadas pelo *Estado*. Não pretende, com isso, tolher a criatividade de editores, repórteres e redatores, nem impor camisas-de-força aos jornalistas da empresa. Seu objetivo é claro: definir princípios que tornem uniforme a edição do jornal. (MARTINS, 1990, p. 11)

Não seria necessário “justificar” seus propósitos de “uniformidade” num contexto onde sua legitimidade fosse inquestionável. A preocupação com essa justificativa, no entanto, indica que sua legitimidade é, no mínimo, questionável, ainda que ela represente, indubitavelmente, uma “autoridade” perante a qual “editores, repórteres e redatores” precisem se curvar.

Esse debate estendeu-se ao longo dos anos 80 e 90, e ainda hoje se faz presente, embora não com a mesma intensidade. Uma série de mudanças ocorreram e transformaram profundamente o jornalismo. A mais significativa talvez seja o fato de que, nos dias de hoje, a “reportagem” vai gradativamente deixando de ser considerada a definição por excelência do jornalismo¹². Cada vez mais a profissão se define pela “notícia”. Outra mudança significativa diz respeito à importância conquistada pelos Manuais de Redação e Estilo, especialmente os da *Folha de São Paulo* e d’*O Estado de São Paulo*. Ambos tornaram-se fonte de consulta obrigatória para os alunos desses mesmos Cursos.

O confronto entre “antigos” e “novos” jornalistas ainda permanece e tornou-se, praticamente, um paradigma nas discussões a respeito da profissão. Contudo, tornar o confronto observado nos anos 1980 e 1990 como paradigmático, assim como tomar São Paulo e o confronto entre a *Folha de São Paulo* e a Intercom também como paradigmáticos, pode representar uma forma de encobrir a dimensão – extremamente ampliada – de transformação da profissão e de redefinição (ou re-significação) do trabalho intelectual.

Um aspecto importante cuja significação precisa ser melhor explorada diz respeito à “participação” no confronto de profissionais que se situavam fora do eixo Rio

¹² É importante discriminar aqui os dois sentidos atribuídos ao termo. A reportagem permanece no sentido de “apuração dos fatos”, sendo definida pelo seu caráter essencialmente técnico. O outro sentido aplicado ao termo, e relativo a um gênero textual específico, é que tem perdido seu valor na profissão.

– São Paulo. Os *Cadernos da Intercom*, por exemplo, traziam matérias/depoimentos de profissionais das mais diversas regiões do país em defesa do diploma. A heterogeneidade de vozes (assinam as matérias profissionais de todo o Brasil, mas todos ligados a Cursos de Jornalismo), no entanto, contrasta com a homogeneidade do discurso. Todos eram convocados, com isso, a saírem de seus limites locais e regionais e a ganharem projeção nacional, mas com a clara condição de demonstrarem seu apoio frente àquele confronto que, talvez graças a isso, tenha sido, posteriormente, considerado como “paradigmático”.

O fluxo dessa multiplicidade de vozes corresponde ao fluxo mesmo das trajetórias profissionais. Para muitos jornalistas o ápice da carreira está localizado no eixo Rio – São Paulo. Da mesma maneira, o fluxo desse discurso paradigmático e homogêneo corresponde ao fluxo do poder na profissão, que se irradia do eixo Rio – São Paulo para os demais pontos do país. Esses fluxos traduzem a estrutura da produção de notícias e da produção intelectual e cultural num sentido mais amplo. Talvez a forma a forma mais adequada para se pensar essa relação é em termos de “centro” e “periferia” (Ginzburg, 1991; Casanova, 2002). Não no sentido de que a produção cultural deva ser pensada como se fosse gerada a partir de um “centro” e se irradiasse para as “periferias”, mas no sentido de que “centro” e “periferia” traduzem relações hierárquicas e de poder capazes de estruturar a produção cultural dos grandes centros urbanos e das cidades periféricas, assim como de estruturar as trajetórias e as experiências profissionais.

No eixo Rio – São Paulo estão situadas não apenas as maiores e mais importantes empresas jornalísticas, mas também algumas das mais importantes universidades do país, as principais editoras de revistas e livros, as grandes gravadoras de música, as emissoras de televisão, as principais companhias de teatro etc. Essa concentração de instituições artísticas e culturais corresponde a um processo de centralização e, portanto, à formação de um “centro”. Evidentemente, outras capitais do país concentram importantes universidades e instituições culturais, como Porto Alegre e Belo Horizonte, apenas para citar dois exemplos, assim como marcam presença significativa na produção artística e cultural nacionais, mas traduzem igualmente relações que podem ser pensadas em termos de “centro” e “periferia”. Esse processo de centralização é indissociável da periferação que ele produz. A produção artística e cultural das mais diversas cidades, quando não aceita pelo “centro”, tende a ser tratada como de menor valor ou como produto de uma manifestação local ou regional. Essa mesma produção artística e

cultural, quando aceita pelo “centro”, tende a ser tratada como uma manifestação de importância e valores nacionais. Mais do que impor gostos ou modelos de pensamento, o “centro” pode impor critérios de legitimação e normas de hierarquização. Evidentemente, esse modelo não se apresenta sem variações para o conjunto da produção artística e cultural, o que significa dizer que ele precisaria ser pensado caso a caso, em suas especificidades. Para os propósitos deste trabalho, interessa tão somente o impacto que esse processo de centralização/periferização tem sobre o jornalismo, seja na produção de notícias, seja em termos de formação universitária, seja no direcionamento das trajetórias profissionais, seja no peso relativo que a profissão tem sobre a produção cultural num sentido mais amplo.

No caso do jornalismo, isso representa uma estrutura centralizada e hierárquica da produção de notícias. Seja no jornalismo impresso, seja no televisivo, Rio de Janeiro e São Paulo são as capitais que concentram a produção de notícias no sentido de que ali são definidos os critérios de importância do que é produzido em termos nacionais. Dessa forma, o jornalismo entendido como sendo de importância nacional, passa, em grande medida, por essas duas cidades. O crescimento de empresas de jornal e de emissoras de televisão pelas demais cidades do país tem ocorrido, nos últimos anos, na forma de um desmembramento das grandes empresas de notícias situadas no eixo Rio – São Paulo. Isso não quer dizer que não haja produção local ou regional de notícias, mas sim que essa produção segue modelos hierárquicos cujo molde é essa relação centro/periferia.

Nas cidades menores, e mesmo em algumas capitais, desenvolve-se um jornalismo que se caracteriza pela divulgação de notícias, reportagens, entrevistas, críticas e comentários enviados pelas grandes agências do eixo Rio – São Paulo. A produção local de notícias permanece, muitas vezes, restrita à política local, a problemas urbanos, à violência e ao colunismo social, importante instrumento de projeção e afirmação das elites locais.

Reforça esse processo de periferização a que ficam restritas as demais cidades a ausência, nesses locais, de manifestações artísticas e culturais capazes de concorrer com os grandes centros. O resultado disso é que, nas cidades menores, a “cultura” seja tratada em seções ou suplementos muitas vezes denominados “entretenimento” ou “lazer”. E, por outro lado, assuntos ligados à cultura local aparecem, muitas vezes, nas seções de “turismo” dos grandes centros urbanos. Com certeza, uma análise mais detida da circulação de notícias, do centro para a periferia e da periferia para o centro, poderia

fornecer informações importantes a respeito da estrutura hierárquica da produção de notícias.

A desigualdade nas formas de produção e circulação de notícias traduz, em grande medida, as desigualdades na forma de recrutamento dos jornalistas. Nos grandes centros urbanos, e mais ainda no eixo Rio – São Paulo, o recrutamento pode ser feito não apenas entre egressos dos Cursos de Jornalismo, mas também entre outras carreiras universitárias capazes de rivalizar com as posições de maior prestígio do jornalismo. Na “periferia” ou, mais especificamente, nas cidades onde estão ausentes as grandes universidades, o leque de opções em termos de formação e carreira universitárias é restrito, dessa forma são poucas ou nulas as possibilidades de carreiras que podem rivalizar com as posições de mais prestígio no jornalismo.

O conflito entre um jornalismo definido como sendo crítico e intelectualizado e outro como sendo tão somente técnico parece ser muito mais o retrato da desigualdade das formas de recrutamento nos grandes centros urbanos do que um retrato das formas de recrutamento do jornalismo longe dos centros urbanos e das grandes universidades¹³. Com isso, tomar como paradigmático o conflito dos anos 80 e 90 entre “antigos” e “novos” jornalistas pode implicar um mascaramento das formas de recrutamento da maior parte de seus profissionais. Primeiro, porque esse conflito fazia sentido nesse período, quando no jornalismo, e mais especificamente no jornalismo feito pelos grandes centros urbanos, ainda havia um número considerável de jornalistas experientes, importantes e sem o diploma. O quadro atual é consideravelmente diferente daquele. A cobrança do diploma para o exercício da profissão foi uma imposição legal que se estendeu de 1969 a 2009. A maior parte dos jornalistas que hoje ocupa posições de prestígio e decisão, inclusive nos grandes centros, é de egressos dos Cursos de Jornalismo. Segundo, porque o crescimento do número de Cursos de Comunicação Social e Jornalismo foi vertiginoso e se estendeu por todas as regiões do país. A tabela abaixo pode dar uma noção mais precisa da dimensão desse crescimento:

¹³ Outro aspecto que precisa ser levado em conta nesse processo é a ampliação do número de revistas a partir dos anos 80. Esse crescimento representou novas possibilidades de trabalho jornalístico e colocou em novos termos a divisão entre “reportagem” e “notícia” na definição da profissão. As revistas definem-se muito mais por suas reportagens, ao passo que os jornais e telejornais pela mera noticialização dos fatos. Essa reordenação do mercado de trabalho abriu a possibilidade, mais recentemente, para que algumas revistas, como a *Cult* e a *Piauí*, por exemplo, adquirissem papel de importância intelectual, afastando-se do jornalismo feito pelas grandes empresas de notícias.

Distribuição regional dos cursos de jornalismo com turmas abertas em 2010 no Brasil, por década de início do curso

| | Até 1970 | | 1980 | | 1990 | | 2000 | | 2010 | |
|-----------------|----------|-------|------|-------|------|-------|------|-------|------|-------|
| | N | % | N | % | N | % | N | % | N | % |
| Sudeste | 8 | 44,44 | 29 | 56,86 | 31 | 51,67 | 77 | 56,62 | 144 | 45,57 |
| Sul | 4 | 22,22 | 7 | 13,73 | 11 | 18,33 | 32 | 23,53 | 59 | 18,67 |
| Nordeste | 3 | 16,67 | 7 | 13,73 | 10 | 16,67 | 15 | 11,03 | 58 | 18,35 |
| Norte | 1 | 5,56 | 4 | 7,84 | 4 | 6,67 | 4 | 2,94 | 22 | 6,96 |
| Centro Oeste | 2 | 11,11 | 4 | 7,84 | 4 | 6,67 | 8 | 5,88 | 33 | 10,44 |
| Total de cursos | 18 | | 51 | | 60 | | 136 | | 316 | |

Fonte: Mick (2012)

O crescimento não apenas em números absolutos é impressionante, mas também o fato de que ele ocorreu para além das capitais e grandes centros urbanos, em uma quantidade inumerável de pequenas cidades. Evidentemente, o número de jornalistas que está implicado nesse número crescente de Cursos pelo país precisa ser pensado levando-se em conta as diversas atividades e funções desenvolvidas por eles, assim como a articulação entre elas e outras profissões, atividades e funções intelectuais.

A oposição que os próprios jornalistas se esforçaram para estabelecer entre seu trabalho, mais “objetivo”, e o dos intelectuais, mais “prolixo”, “diletante” e “pouco objetivo”, fez com que se negligenciasse uma série de aspectos importantes ligados a esse crescimento. E que se negligenciasse qualquer articulação entre ele e o trabalho intelectual, uma vez que esses cursos foram acusados, desde o início, de serem tão somente “técnicos”, desprovidos de “crítica”. No entanto, esse crescimento pode ser importante para pensarmos as transformações ocorridas nas condições de produção do trabalho intelectual e cultural, num sentido mais amplo.

Um primeiro aspecto que deve ser levado em conta é aquele relativo às formas de recrutamento para o exercício da profissão. A ausência de outras profissões intelectuais nas periferias faz com o jornalismo assuma papel de importância intelectual e cultural significativas, uma vez que ele representa um importante instrumento de afirmação e de legitimação sociais. O jornalismo é uma referência intelectual e cultural tanto no sentido de que ele é o “árbitro” da produção local quanto no sentido de que é ele que faz a mediação com a produção do centro. Essa mediação não está simplesmente em

“noticiar” os acontecimentos e as manifestações locais, mas sim em “fazer circular” essas mesmas notícias e manifestações da periferia para o centro e do centro para a periferia. Deve-se estabelecer uma diferença entre a simples noticição e a circulação de notícias. Um acontecimento ou uma manifestação cultural pode ir para as páginas do jornal local não apenas pela sua importância, mas também para que se preencham buracos do próprio jornal, ou às vezes simplesmente porque há uma pressão local para que sejam noticiados. Seria um erro indiferenciar essas notícias e manifestações daquelas que têm ampla circulação e divulgação, assim como indiferenciar os valores atribuídos a elas nos diversos veículos em que aparecem.

Outro aspecto que deve ser levado em conta é que esses Cursos não são locais apenas de “aprendizado técnico”, mas também locais de sociabilidade intelectual, muitas vezes mais intensa que a vivenciada nas redações dos jornais. Além disso, a exigência do diploma, ao longo dos anos, representou a propagação – e não simplesmente a rejeição – de “formas de trabalho intelectual” que não poderiam ser propagadas de outra maneira senão como parte fundamental de uma formação de nível superior: o aprendizado entendido como a incorporação de uma terminologia e de uma gramática próprias; a divisão das atividades – e do trabalho intelectual – com base nas diferentes áreas do conhecimento; a criação, mais recentemente, de uma “teoria” própria para o jornalismo; a pesquisa bibliográfica e de fontes; e o trabalho meticuloso e calculado sobre a escrita. Trata-se de um aprendizado que não pode ser pensado com base numa completa indissociação do conjunto do trabalho intelectual, mas como um de seus elementos integrantes.

A explicação para o fato de que cada vez mais o jornalismo se defina pela “notícia”, e cada vez menos pela “reportagem”, parece ser muito mais o resultado da pressão exercida pelos grandes centros sobre o jornalismo local do que o resultado de um ensino meramente técnico. O resultado dessa pressão é a manutenção dos postos de decisão e opinião concentrados nos grandes centros urbanos e, principalmente, no eixo Rio – São Paulo, ponto de convergência para os jornalistas “críticos” e em ascensão profissional. Evidentemente, deve-se levar em conta que muitos desses Cursos, assim como seus professores e alunos em início de carreira, podem ceder às pressões exercidas pelo “centro”, como uma forma, inclusive, de aceitar as condições para uma carreira.

Isso tem implicações diretas sobre a percepção que esses profissionais têm de sua importância e carreira. Os jornalistas do “centro” desenvolvem uma auto-consciência de

sua posição e importância que não encontra correspondência na auto-consciência que os profissionais periféricos podem ter de si. Em grande medida, os ataques feitos pelos profissionais mais “antigos” e “críticos” aos mais “novos” e “técnicos” parecem traduzir não apenas a desigualdade de posições ocupadas, mas também a auto-consciência da importância e do prestígio representados pelas posições que passaram a ocupar. Quanto maior a distância entre o “centro” e a “periferia”, assim como entre as posições de comando e opinião, de um lado, e as mais técnicas, de outro, mais sentido parecem fazer esses ataques.

A DESIGUALDADE ESTRUTURAL ENTRE A “REPORTAGEM” E A “NOTÍCIA”

As mudanças que podem ser observadas no jornalismo fazem parte de um conjunto mais amplo de transformações que ocorreram e ainda continuam a ocorrer sobre a produção cultural. São transformações cujo significado deve ser buscado nas articulações que elas promovem entre o trabalho técnico e o trabalho intelectual, por um lado, e a grande indústria de informação e a universidade, por outro.

A fronteira permanentemente refeita entre o trabalho intelectual e o técnico representa o mais claro esforço para que ambos tenham seus espaços claramente delimitados, para que não haja qualquer ameaça de confusão entre eles. No entanto, ainda que se busque essa fronteira clara separando o trabalho técnico do intelectual, o jornalismo mostra também que cada vez mais eles se definem por meio da articulação e da interdependência entre ambos. Embora definidos por sua oposição, no caso do jornalismo seus aspectos mais contraditórios mostram-se, muitas vezes, indissociáveis, como a autonomia intelectual, de um lado, e a rigidez técnica, de outro; a liberdade de expressão, e o controle permanente sobre as suas formas; a crítica, e a notícia desprovida de opinião.

A separação e a distinção estabelecidas entre “reportagem” e “notícia” traduzem de maneira significativa esse processo, uma vez que legitimam e atualizam a desigualdade das posições representadas. Não apenas a “notícia” e a “reportagem” definem-se por oposição em termos de linguagem, mas também opõem as mais altas e as mais baixas posições, por um lado, assim como os grandes centros culturais e a periferia, por outro. Os critérios para a produção de informações não são, portanto, meramente factuais, são também estruturais. É isso que fica demonstrado pelo fluxo de circulação

das notícias e das reportagens entre o “centro” e a “periferia”, assim como pelas formas de recrutamento da profissão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, Cláudio (2006). *A regra do jogo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- ALBUQUERQUE, Afonso de e ROXO DA SILVA, Marco Antonio (2007). Preparados, leais e disciplinados: os jornalistas comunistas e a adaptação do modelo de jornalismo americano no Brasil. *E-Compós*, vol. 9, pp. 1-30.
- ANDERSON, Benedict. (2008). *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- BERGAMO, Alexandre (2011). Reportagem, Memória e História no Jornalismo Brasileiro. *Mana – Estudos de Antropologia Social*, vol. 17, no. 2, pp. 233-269.
- BIROLI, Flávia (2007). Técnicas de poder, disciplinas do olhar: aspectos da construção do “jornalismo moderno” no Brasil. *História*, vol.26, no.2, pp.118-143.
- BRONOSKY, Marcelo Engel (2010). *Manuais de Redação e Jornalistas: estratégias de apropriação*. Ponta Grossa: Editora UEPG.
- CASANOVA, Pascale (2002). *A República Mundial das Letras*. São Paulo: Estação Liberdade.
- COSSON, Rildo (2007). *Fronteiras Contaminadas*. Brasília: Editora UnB.
- FERREIRA JÚNIOR, Carlos Antonio Rogé (2003). *Literatura e Jornalismo, Práticas Políticas: Discursos e Contradiscursos, o Novo Jornalismo, o Romance-reportagem e os Livro-reportagem*. São Paulo: Edusp.
- GINZBURG, Carlo. (1991). *A Micro-História e Outros Ensaio*s. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- GOMES, Mayra Rodrigues (2003). *Poder no Jornalismo: discorrer, disciplinar, controlar*, São Paulo: Hacker Editores, Edusp.
- JOBIM, Danton (2008). *Espírito do Jornalismo*. São Paulo: Edusp.
- KUCINSKI, Bernardo (2003). *Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Edusp, 2ª edição revista e ampliada.
- MARQUES DE MELO, José (1979). Poder, Universidade e Escolas de Comunicação. In MARQUES DE MELO, José , FADUL, Anamaria, SILVA, Carlos E. Lins da (1979).

- Ideologia e Poder no Ensino de Comunicação*. São Paulo: Cortez & Moraes, Intercom, pp. 31-41.
- _____ (2005). Gilberto Freyre, modernizador precoce da imprensa brasileira. In: MARQUES DE MELO, José (Org.). *Imprensa Brasileira: personagens que fizeram história*, vol. 1, São Paulo: Universidade Metodista de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, pp. 199-206.
- MARTINS, Eduardo (1990). Prefácio. In O ESTADO DE SÃO PAULO, *Manual de Redação e Estilo*, Organizado e Editado por Eduardo Martins, 1990, pp. 11-13.
- MEDINA, Cremilda (1982). *Profissão jornalista: responsabilidade social*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- MICK, Jacques (2012). *A expansão do ensino de jornalismo no Brasil e a reconfiguração da categoria profissional (2000-2010)*. Versão preliminar, CFH – UFSC.
- PEREIRA, Fábio Henrique (2008). *Os jornalistas-intelectuais no Brasil: identidade, práticas e transformações no mundo social*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, UnB.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart (2003). Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, CPDOC/FGC, Vol. 1, no. 31, pp. 147-160.
- ROXO DA SILVA, Marco Antonio (2007). *Jornalistas, pra quê? Militância sindical e o drama da identidade profissional*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Comunicação / UFF.
- _____ (2009). Nelson Rodrigues, a retórica do nariz de cera e a triste sina do jornalismo policial. *Anais do VII Encontro Nacional de História da Mídia: mídia alternativa e alternativas midiáticas*, Fortaleza, pp. 1-27.
- SODRÉ, Nelson Werneck (1999). *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Mauad, 4^a. ed. [atualizada].
- SODRÉ, Muniz (2008). Muito além do diploma. In: FENAJ (Org.). *Formação Superior em Jornalismo: uma exigência que interessa à sociedade*. Florianópolis: Fenaj.
- TRAVANCAS, Isabel Siqueira (1993). *O Mundo dos Jornalistas*. São Paulo, Summus.